

# MEDIAÇÃO FAMILIAR: UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA PARA OS CONFLITOS FAMILIARES

**Family mediation: a proposal for processing family conflict**

*Ana Paula Cacenote<sup>1</sup>*

*Vera Maria Werle<sup>2</sup>*

## Resumo

O presente artigo consiste na apresentação da Mediação Familiar como alternativa ao Poder Judiciário, em face da crise do sistema jurisdicional. O objetivo é mostrar que a Mediação Familiar é um instrumento eficiente para a resolução dos conflitos familiares. Aborda-se o acesso à Justiça, bem como suas consequências na sociedade. Apontam-se os aspectos gerais da Mediação, entre eles: conceito, princípios, a função do mediador e as etapas da mediação. Foram analisadas as mudanças na estrutura familiar e o surgimento de novos conflitos familiares na sociedade para, então, apresentar a Mediação Familiar como uma alternativa para as desavenças em família. Os resultados do estudo apontam que a aplicação da Mediação Familiar nos conflitos familiares se apresenta eficiente, pois as próprias partes, por meio do diálogo, resolvem as disputas, trazendo efeitos satisfatórios para todos os envolvidos, restabelecendo o convívio familiar e a responsabilidade dos pais, por meio do diálogo.

## Palavras-chave

Crise do Poder Judiciário. Família. Conflitos. Mediação familiar

## Abstract

This article is the presentation of Family Mediation as an alternative to the judiciary, in the face of the crisis of the judicial system. The aim is to show that the Family Mediation is an effective tool for resolving family conflicts. Addresses the access to justice, as well as its consequences on society. It points up the general aspects of mediation, including: concept, principles, the role of the mediator and the mediation steps. We analyzed the changes in family structure and the emergence of new family conflicts in society, to then present the Family Mediation as an alternative to family quarrels. The results of the study indicate that the application of Family Mediation in family disputes presents efficient because the parties themselves, through dialogue resolve disputes, bringing satisfactory effects for all involved, restoring family life and parental responsibility through dialogue.

## Keywords

Crisis in Judiciary. Family. Conflict. Family mediation

1 Graduada em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA. Mestranda e Bolsista do PPGDireito – Mestrado em Direito de Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões (URI) Campus Santo Ângelo – RS. Integrante do grupo de pesquisa Cidadania e Direitos Culturais: a proteção dos direitos de minorias nos tribunais brasileiros, vinculado ao CNPq. E-mail: anapaulacacenote@hotmail.com

2 Licenciada em Letras, Graduada em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA –, especialista em Aprendizagens Psico-Lógicas, mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, pela Unijui, professora no IESA. E-mail: verawerle@brturbo.com.br

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o fito de abordar a temática da crise do Sistema Jurisdicional e sua ineficácia na resolução dos conflitos, em especial os conflitos familiares, apresenta-se a Mediação Familiar como método alternativo viável e eficiente na pacificação dos conflitos familiares.

Atualmente encontra-se uma importante discussão que gira em torno da possibilidade da Mediação Familiar ser o meio eficaz, na pacificação de conflitos gerados pela complexidade das relações familiares, pois o sistema do Poder Judiciário encontra-se em crise, fatores econômicos, organizacionais e processuais dificultam a acessibilidade da Justiça para com a maioria da população. O imenso volume de processos e a morosidade processual dos litígios foram os grandes comprometedores da decadência jurisdicional e consequentemente da insatisfação da sociedade.

A maioria dos litígios propostos em juízo necessita de uma solução rápida, entre eles, os conflitos de origem familiar, pois a cada dia que passa o convívio em família torna-se tarefa difícil de manter diante das mudanças estruturais e relacionais nas famílias. Tais mudanças tornaram os conflitos familiares mais complexos e de difícil solução pelo Poder Judiciário, isso porque o sistema jurisdicional carece de mecanismos que apreciem tantos os aspectos legais do conflito, quanto os aspectos subjetivos das partes litigantes.

Na procura de recursos que solucionem os conflitos em questão, surge a figura da Mediação Familiar, que se caracteriza como uma forma pacífica de intervenção na resolução dos conflitos em familiares, pois estabelece uma relação de diálogo entre as partes, contribuindo para o reconhecimento das causas que cada membro provocou para o surgimento do desentendimento para, assim, reconstruir o vínculo familiar e fazer com que as partes celebrem um acordo favorável para ambas.

Trata-se de uma análise acerca da crise do sistema jurisdicional, bem como os fatores que contribuíram para seu surgimento e suas consequências na sociedade. Ainda, dentro desse contexto, será discutida a deficiência do ordenamento jurídico com a realidade social, por consequência, a ineficácia do Poder Judiciário em suas decisões.

A Mediação Familiar, a fim de atender aos conflitos familiares, aborda as mudanças dos vínculos conjugais e das estruturas familiares, as causas que geraram novos conflitos. No decorrer do presente artigo, será apresentado o conceito da Mediação Familiar, bem como seus objetivos, em quais conflitos que pode ser utilizada e, ainda, exemplos de casos de mediação. Em síntese, diante da crise do sistema jurisdicional, a Mediação Familiar é um método competente para solucionar os novos conflitos familiares?

## A CRISE NO SISTEMA JURISDICIONAL

Diante do descontentamento da população brasileira com a inacessibilidade da Justiça e com o esgotamento da função jurisdicional do Estado, surge a necessidade de buscar novos meios de solucionar os conflitos sociais, em especial, o conflito familiar. A criação de métodos de pacificação social paraestatais, por exemplo, visa preservar as partes da exposição de seus problemas pessoais, oportunizando a elas próprias discutirem o conflito e, assim, celebrarem um acordo satisfatório para ambas, dentro de um período de tempo razoável.

Com a globalização econômica, política e cultural, desencadeou-se uma crise estatal, que afetou todas as instituições do Estado, entre elas, o Poder Judiciário. A crise no âmbito jurisdicional originou o enfraquecimento estatal pela perda gradual de sua soberania, sua capacidade de decidir os litígios em tempo hábil, sua eficácia funcional dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e seu poder de dizer o direito e aplicá-lo<sup>3</sup>.

Para Moraes e Spengler, a crise do sistema jurisdicional é dividida em quatro perspectivas: a primeira, chamada de *crise estrutural*, refere-se à estrutura judicial, bem como às instalações pessoais, equipamentos, despesas com a manutenção do Poder, como também os custos referentes às demandas. A segunda crise, conhecida como *crise objetiva ou pragmática*, diz respeito à formalidade dos atos processuais, à linguagem jurídica, à burocracia, ao acúmulo

3 MORAIS, José Luis Bolzan; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 76-77.

de processos e sua lenta tramitação. A terceira crise é chamada de *crise subjetiva*, que trata da dificuldade que os operadores do Direito têm em trabalhar com a complexidade dos fatos, que determinam a utilização de uma nova mentalidade, de uma nova visão sobre os conflitos, baseada na realidade social e não em um mundo abstrato. A última crise, conhecida como *crise paradigmática*, critica os métodos que o Poder Judiciário utiliza para exercer sua função. Nesse aspecto, a crise busca inovar as técnicas para a resolução dos conflitos, para responder da melhor maneira às necessidades da população<sup>4</sup>.

Diante da realidade social, a ineficácia do normativismo é manifesta, uma vez que os fatos são tão complexos que a aplicação da norma ao caso seria, de certa forma, uma injustiça. Isso porque os problemas atuais envolvem não apenas um direito, um bem material, mas também um sentimento, seja ele de perda, de escolha, seja de um convívio destruído e que precisa ser mantido para o resto da vida. Enfim, algo que precisa ser solucionado pelas próprias partes, e nessas circunstâncias o conveniente seria a utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos e não o processo judicial.

O fator que mais contribuiu para o desencadeamento da crise do sistema jurisdicional foi a morosidade processual. E neste sentido Moraes e Spengler<sup>5</sup> definem a razoável duração do processo sob duas hipóteses. A primeira defende que o tempo razoável seria aquele previsto na legislação processual. Para eles, esse tempo nem sempre existe, pois nem todo procedimento tem prazos prévios, previstos em lei. A segunda hipótese define tempo razoável como sendo o tempo médio utilizado para a tramitação de cada espécie de processo. Essa duração média é oposta à Constituição Federal de 1988, pois, no Brasil, a média de tempo em que os operadores do direito levam para concluir os processos vai muito além do razoável e do legal.

Os envolvidos no litígio, na maioria das vezes, além de aguardarem o fim da tramitação processual, tendem a arcar com as nefastas consequências da decisão. A par disso, cria-se uma desvinculação dos cidadãos com o profissional, além da frustração causada pela

---

4 Idem, p. 78.

5 Idem. Ibidem. p. 39.

morosidade processual e pela ineficiência das decisões. Dora Schnitman e Stephen Little John afirmam que o sistema jurisdicional é baseado no princípio binário e a vida humana é ternária, pois

nossa cultura privilegiou o paradigma ganhar-perder, que funciona como uma lógica determinista binária, na qual a disjunção e a simplificação limitou as opções possíveis. A discussão e o litígio como métodos para resolver diferenças dão origem a disputas nas quais usualmente uma parte termine ‘ganhadora’, e outra, perdedora. Essa forma de colocar as diferenças empobrece o espectro de soluções possíveis; dificulta a relação entre as pessoas envolvidas e gera custos econômicos, afetivos e relacionais”. Reduzir tudo ao dualismo do lícito, ilícito, permitido/proibido, inocente/culpado [...] é mutilar as infinitas possibilidades do comportamento humano<sup>6</sup>.

Segundo o referido autor, o sistema jurídico se limita ao utilizar ferramentas para exercer seu poder, vê a norma como sendo a única maneira de pacificar o conflito. Sendo assim, o sistema deve adquirir novos mecanismos que aproximam os juízes da realidade social, como a psicologia, a sociologia, a política, a economia, e ampliar suas pesquisas em outras culturas, fazendo com que o intervencionismo da norma e as “impostas” soluções desapareçam, dando chances para a sociedade restaurar o direito de resolver seus conflitos consensualmente.

## **A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: MUDANÇAS E CONFLITOS**

De imediato, seria interessante indagar o conceito de família, mas essa tarefa se torna difícil de ser realizada, pois cada momento histórico detém um conceito de família apropriado para a sua época. E hoje o mundo contemporâneo também não possibilita uma conceituação exata de família, tendo em vista as constantes mudanças na esfera cultural, social, econômica, política e familiar. A partir de então, novos arranjos familiares foram surgindo e, com isso, o conceito de família tradicional deixa de ser aquele constituído por pai, mãe e filhos, e

6 Apud BUITONI, Ademir. A ilusão do normativismo e a mediação. Revista do Advogado, São Paulo, nº 87, set. 2006. Disponível em: <[http://www.usjt.br/direito/caso\\_de\\_mediacao/ilusao.pdf](http://www.usjt.br/direito/caso_de_mediacao/ilusao.pdf)>. Acesso em 2 mar. 2010.

passa a ser configurado conforme a forma de convívio escolhida pelos componentes da família.

Contudo, a família tem relevante importância na formação e inclusão do ser humano na sociedade, pois é ela quem fornece as primeiras informações aos seus integrantes e estabelece as regras e os limites de convivência. Ao se manifestar sobre a importância da família para a inclusão e desenvolvimento do ser humano na sociedade, Manoella Fernandes Leite afirma que “a família é a matriz, a formadora da identidade, quem molda a individualidade de seus membros. É o espaço onde os indivíduos se desenvolvem e tornam-se diferentes dos outros, mesmo pertencendo a um grupo com história comum”<sup>7</sup>.

Ao longo dos séculos, a família vem passando por várias mudanças na sua composição, função e natureza. Essas transformações são reflexos da evolução cultural e social, como também da atuação da globalização nos modelos sociais, culturais, políticos, econômicos e familiares. E, neste aspecto, Sérgio Grischkow Pereira expõe o seguinte:

A sociologia e a história mostram a família como entidade mutável e nem poderia ser diferente, pois a família não é supracultural ou algo fora da história. A família sempre mudou através dos tempos e continuará a se modificar. Grandes transformações socioeconômicas alteram as estruturas familiares e criam novas formas e modalidades, que precisam ser atacadas pela legislação, de molde a evitar um grave descompasso entre o direito de família e a realidade familiar da população”<sup>8</sup>.

Várias mudanças ocorreram na sociedade e nos valores morais nas últimas três décadas, entre elas: a inclusão da mulher no mercado de trabalho, que por consequência desencadeou a existência da família composta por dois assalariados; a possibilidade da dissolução do vínculo conjugal pelo divórcio; o surgimento de métodos contraceptivos; a liberdade pessoal e sexual, acarretando a dissolução do vínculo entre casamento, sexo e reprodução<sup>9</sup>.

7 LEITE, Manoella Fernandes. Direito de família e mediação: a busca para a resolução pacífica na disputa de guarda dos filhos. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/novosite/artigos/detalhe/436>. Publicado em 20.8.2008. Acesso em 10 out. 2012.

8 Apud ROBLES, Tatiana. Mediação e direito de família. São Paulo: Cone, 2009, p. 35.

9 Idem. Ibidem, p. 36.

Tais mudanças refletiram na entidade familiar, deixaram de ser um vínculo com fins econômicos, políticos, reprodutivos, religiosos e culturais. Passaram a ser um vínculo que proporcione bem-estar, afeto, alegrias e realização pessoal para os integrantes do seio familiar. Maria Berenice Dias e Giselle Groeninga dizem que

[...] a função básica da família é a de propiciar a segurança para que seus membros possam estruturar a sua personalidade, desenvolver suas identidades, inclusive a sexual, prover seus recursos pessoais, afetivos e relacionais intelectuais, pautados no respeito às suas diferenças<sup>10</sup>.

Antes do surgimento da Constituição federal de 1988, só era reconhecida como família a relação conjugal advinda do casamento, que na época era indissolúvel. E, pelo fato de a família depender do casamento para ser reconhecida, a sua função básica resultou na preservação do vínculo matrimonial e dos bens patrimoniais. Com o advento da CF/88, houve o reconhecimento da família monoparental, permitindo-se a formação familiar pelo pai ou pela mãe e seus filhos; reconheceu-se, também, a união estável entre homem e mulher como entidade familiar.

Cumprе ressaltar que o desenvolvimento social e cultural contribuiu para o surgimento de outras espécies de famílias, entre elas: a concubinária e a homoafetiva. Porém ambas ainda não foram reconhecidas legalmente. Outro fator que mudou foi o regime de bens. Antes do advento da Lei 6.515/77, permitia-se no casamento apenas o regime da comunhão universal de bens, e após o advento da referida lei, criaram-se os regimes de bens de separação total e da comunhão parcial de bens, tendo este último como regime legal.

As modificações feitas pela Constituição vigente no direito de família consagram a igualdade entre homens e mulheres no exercício dos direitos e deveres do vínculo conjugal<sup>11</sup>. Tais mudanças foram indispensáveis para o cumprimento dos direitos de igualdade, de liberdade de escolha e expressão, de cidadania e de dignidade pelos integrantes do núcleo familiar.

<sup>10</sup> Idem. Ibidem, p. 36.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem, p. 37.

O Código Civil de 2002 atribuiu uma nova identidade às relações familiares, as quais passaram a ser consolidadas pela afetividade entre seus membros e não mais pelo patrimonialismo e individualismo. Sobre o assunto salienta Pietro Perlingieri que

a família não é uma pessoa jurídica, nem pode ser concebida como um sujeito com direitos autônomos: ela é a formação social, lugar-comunidade tendente à formação e ao desenvolvimento da personalidade de seus participantes, de maneira que exprime uma função instrumental para a melhor realização dos interesses afetivos e existenciais de seus componentes. As 'razões de família' não têm autonomia em relação às razões individuais<sup>12</sup>.

Sendo assim, as relações afetivas passaram a ser valorizadas pelo ordenamento jurídico e pela sociedade, caracterizando-se como a base da formação familiar. E pelo fato de o afeto ser um dos critérios de sua constituição, desencadearam-se diversos conflitos, pois as transformações ocorridas na estrutura familiar, de um modo geral, não foram assimiladas pela sociedade, agravando ainda mais os conflitos de tal âmbito. E para tratar tais conflitos é preciso que os legisladores, os operadores do Direito e os integrantes da família em conflito busquem amparo em outras áreas do conhecimento para que assim possa obter uma melhor compreensão do problema. Segundo Robles,

é preciso considerar a subjetividade de tais relações, haja vista que aquela é o fundamento dessas. E, para entendermos a subjetividade que caracteriza as relações jurídicas de Direito de Família, é necessário buscar amparo em outros campos do conhecimento. É indispensável a adoção de outros instrumentos além dos inadequados recursos jurídico-processais hoje existentes<sup>13</sup>.

Sendo assim, faz-se necessário a interação do Direito de Família com as outras ciências para o tratamento dos conflitos familiares. No âmbito familiar, os conflitos se apresentam extremamente complexos, pois geralmente o que se discute é a crise no casamento, a separação proposta por um dos cônjuges e a não aceitação pelo outro, o divórcio e suas consequências, entre elas: partilha de bens, pensão alimentícia,

<sup>12</sup> Idem. Ibidem, p. 38.

<sup>13</sup> ROBLES, Tatiana. Mediação e direito de família. São Paulo: Cone, 2009, p. 39.



guarda dos filhos, sem falar do abalo emocional do casal e dos filhos. Essa relação de oposição cria um mundo repleto de ressentimentos e emoções que prejudicam a psicoafetividade dos integrantes da família.

Pode-se dizer que a relação familiar que antes era consolidada no amor recíproco, na união, na cumplicidade e na realização pessoal pelo vínculo com aquelas pessoas passa a ser conduzida pelo ódio, pela frustração, pelo abandono, pelo medo, pela insegurança, pelo sentimento de culpa e fracasso, e, o pior de tudo, pela rejeição familiar. Nesse aspecto, o Poder Judiciário apresenta-se limitado no combate desses desentendimentos, pois seu instrumento (ordenamento jurídico) mantém-se inerte diante dos aspectos sociais, morais e valorativos presentes nos conflitos familiares.

Porém, a maioria dos casais ainda prefere se separar por meio do Poder Judiciário, pois a cultura predominante no Brasil é a do litígio. Segundo o Instituto Interdisciplinar de Direito de Família (IDEF), muitas pessoas acreditam que a melhor maneira de resolver conflitos é pelo litígio, porque a elas é dado o papel de adversário, que visa não apenas ao ganho da causa, mas também à posição de “derrotado” da parte contrária. Sendo assim, juridicamente, a uma das partes é dado o mérito de vencedora e à outra parte, o de perdedora, mas se sabe que, no fundo, a parte que venceu não se sente vitoriosa e sim derrotada pelo intenso sofrimento que passou, podendo-se assim dizer que ambas as partes saem derrotadas<sup>14</sup>.

Segundo Malvina E. Muszkat, ao se referir sobre os conflitos familiares, constata-se que [...] “o espaço familiar é densamente carregado de conflitos. O nível de intimidade e de disputa dos afetos estimula sentimentos ambíguos de amor e ódio, aliança e competição, proteção e domínio entre todos os membros de uma família”<sup>15</sup>.

A autora supracitada refere ainda que esta confusão de sentimentos gera uma contradição, pois a competição acaba sendo incompatível com a vontade de união e manutenção da família. É por essas e outras razões já mencionadas que a sociedade e o Poder Judiciário devem recorrer a outras formas de tratar esses conflitos, formas que permitam um processo flexível, despidido de formalidades.

14 Instituto Interdisciplinar de Direito de Família. Direito de Família e Interdisciplinariedade. Curitiba: Juruá, 2001, p. 139.

15 MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. São Paulo: Summus, 2008, p. 34.

Esse novo processo sugerido para os conflitos familiares é a Mediação Familiar, pois além de ser um método interdisciplinar, torna o processo equitativo, o qual favorece a reconstrução da comunicação entre as partes e a pacificação do conflito. A Mediação Familiar não exclui a atuação do Poder Judiciário nos litígios familiares, pelo contrário, auxilia o juiz no estudo dos fatos que deram origem ao conflito, isso porque a mediação faz com que as partes manifestem os verdadeiros motivos do confronto para assim atender às necessidades e interesses das partes de maneira satisfatória.

## MEDIAÇÃO FAMILIAR

Os conflitos de ordem familiar necessitam de instrumentos capazes de dirimi-los de forma pacífica, autônoma e voluntária pelas partes confrontantes, e o instrumento que vem se destacando é a Mediação Familiar. Tal método é focado no oferecimento de um apoio profissional que tem por finalidade estimular nas partes confrontantes a percepção de seus direitos e deveres diante da crise pela qual a família está passando e da fragilidade em que os membros se encontram, fornecendo meios para que o conflito seja solucionado preservando a psicoafetividade dos interessados. Sua eficiência é notória nas varas de família e nas de sucessões, pois sua atuação nas referidas demandas judiciais proporciona soluções viáveis para os confrontantes, rápidas e de baixo custo.

Enquanto que no Poder Judiciário, o magistrado dentro de suas limitações, enquadra os fatos na norma, aplica as devidas sanções e adquire uma solução incompatível com os interesses e necessidades das partes. Isso porque a decisão judicial resolve apenas os aspectos legais do litígio e não os aspectos psicológicos, afetivos e morais. Robles, ao tratar sobre o assunto, afirma que “a resposta judicial é um resultado apenas de uma análise do que consta nos autos. O juiz busca somente a verdade formal, imperando o brocado jurídico ‘o que não está nos autos, não está no mundo’”<sup>16</sup>.

É por essas e por outras razões que a Mediação Familiar se destaca pelo fato de oferecer um ambiente apaziguador, viável para

16 ROBLES, Tatiana. Mediação e direito de família. São Paulo: Cone, 2009, p. 44.

a realização da negociação, propondo um trabalho sustentado pela autonomia das partes em resolver as divergências sem provocar o enfrentamento.

A Mediação Familiar é uma atividade específica, que exige conhecimento de uma pessoa experiente, que tenha noções das relações interpessoais, habilidades em lidar com o conflito, com a negociação e, também, conhecer o direito de família. E, dependendo das circunstâncias em que o processo de mediação se encontra, pode o mediador incluir um co-mediador para auxiliá-lo no processo. Geralmente, os comediantes são psicólogos, assistentes sociais, advogados, terapeutas e psiquiatras. Cabe salientar que as partes que optarem pela mediação familiar podem ser acompanhadas por seus advogados, familiares, ou até mesmo psicólogos, independentemente de haver ou não a participação do comediador.

É importante ressaltar que todos os materiais utilizados e elaborados nas reuniões do processo de mediação não podem ser utilizados no Tribunal e em nenhum outro órgão, pois na mediação vige o princípio da confidencialidade.

## **PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR**

Para Verônica Altes Barros<sup>17</sup>, os princípios que norteiam a mediação são o princípio da voluntariedade das partes, o da autonomia das decisões, o da informalidade, o da flexibilidade, o da oralidade, o da confidencialidade/ privacidade e o da imparcialidade/ neutralidade.

O princípio da voluntariedade das partes refere que a escolha pela mediação advém da livre e espontânea vontade das partes em optar por esse procedimento a qualquer momento.

O princípio da autonomia das decisões defende que cabe somente às partes preparar e decidir qual solução deve ser apresentada ao conflito.

O princípio da informalidade constitui no fato do processo de mediação ser realizado de várias formas, isso porque a mediação não está regulamentada no ordenamento jurídico, ou seja, não tem uma

17 BARROS, Verônica Altes. Mediação e forma de solução de conflito e harmonia social. Disponível em <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/mediacao/familiar/apostila.pdf>. Acesso em 30 jun. 2012.

lei que determine qual procedimento deve ser adotado, o que torna a mediação um processo flexível.

O princípio da oralidade visa facilitar a comunicação, dando oportunidade para as partes debaterem sobre o conflito existente, suprimindo as discussões e o abalo emocional.

O princípio da confidencialidade ou privacidade garante às partes de que todas as informações colhidas pelo mediador referentes a elas não poderão ser expostas a terceiros, alheios à mediação, exceto quando existir interesse público.

## **OBJETIVOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR**

Para Tatiana Robles, os objetivos da Mediação Familiar são os seguintes: a solução consensual do conflito e a promoção de uma cultura de paz; a responsabilização das partes; a continuação das relações parentais; a mediação e a possibilidade de adoção do modelo da guarda compartilhada e a diminuição da sobrecarga dos tribunais<sup>18</sup>.

### **A solução consensual do conflito e a promoção de uma cultura de paz**

A Mediação Familiar procura abolir a comunicação adversarial e competitiva entre as partes, evidenciando que não há um ganhador e um perdedor, pois o mediador desperta o diálogo entre as partes, ajudando-as a reconhecer e aceitar que são pessoas diferentes e que possuem objetivos diferentes e interesses diferentes, e que merecem ser respeitados. A compreensão e o respeito às diferenças entre as partes ameniza as mágoas que ambas sentem uma da outra, o que torna o processo menos sofredor<sup>19</sup>.

Já o processo judicial, além de ser repleto de agressões, em que as partes tentam imputar a culpa no seu adversário, é um processo demorado, que prolonga o sofrimento das partes e de seus familiares, dificultando a reestruturação. E, diante de tanta dor, muitas partes acabam perdendo o interesse discutido no processo, ou já nem sabem mais quais são seus interesses. Outro fator que se destaca

18 ROBLES, Tatiana. Mediação e direito de família. São Paulo: Cone, 2009, p. 1.

19 Idem. Ibidem, p. 62.

na Mediação Familiar é a responsabilidade pessoal das partes, isso porque o mediador trabalha com uma linguagem neutra, sem opiniões e valores pessoais, diferentemente do processo judicial que utiliza uma linguagem estritamente adversária, impondo a um o papel de inocente e ao outro o papel de culpado.

A cultura da litigiosidade é predominante no Brasil, pois grande parte da sociedade procura o Poder Judiciário para resolver seus conflitos. No entanto, essa cultura já não se apresenta eficiente para os confrontos atuais. E nesse contexto Daniele Ganância, citada por Robles, afirma: “estamos em um país impregnado de uma cultura de conflito; cabe-nos fazer aquilo que possa emergir, na mentalidade, uma verdadeira cultura da mediação”<sup>20</sup>.

A mudança cultural só vai acontecer quando as pessoas se conscientizarem que o caminho para a resolução dos conflitos de família não é o litígio e sim a mediação, pois nela as partes têm a liberdade de decidir qual é a melhor solução. E, ainda, nas palavras na autora supracitada, “se nós cremos na pessoa humana, na liberdade, na responsabilidade, nós só podemos ajudar as pessoas a reencontrarem elas mesmas o domínio de seu conflito”<sup>21</sup>.

## Responsabilização das Partes

Na mediação, a responsabilização das partes é fundamental para que o conflito seja resolvido, porque nela as partes têm autonomia de vontade e estão preparadas para celebrar o acordo. Segundo Robles, a mediação assegura o direito de liberdade, de intimidade e de privacidade da família<sup>22</sup>.

Já no processo judicial não são as partes que decidem o litígio e sim o juiz, que, baseado no conteúdo dos autos do processo e no ordenamento jurídico, prola sua decisão sem questionar se a mesma realmente vai atender aos interesses das partes, pois a decisão judicial resolve apenas questões jurídicas do conflito, as questões afetivas acabam não sendo apreciadas pelo juiz. Segundo Robles,

---

20 ROBLES, Tatiana. Mediação e direito de família. São Paulo: Cone, 2009, p.63 .

21 Idem, Ibidem, p. 63.

22 Idem. Ibidem, p. 64.

“a disparidade entre o mundo da subjetividade do afeto e o mundo da objetividade da norma está presente permanentemente”<sup>23</sup>.

A mediação permite a conscientização das partes perante o conflito dos direitos e deveres de cada um, a necessidade da continuação das relações parentais e da responsabilização dos pais na educação dos filhos. Ao contrário do sistema jurisdicional que impõe as partes uma punição, sem analisar se essa é a melhor forma de suprir as necessidades dos conflitantes.

Na mediação, a responsabilidade de celebrar o acordo e garantir o cumprimento do mesmo é inteiramente das partes, cabendo ao mediador apenas acompanhar o processo e construir um diálogo para que as partes possam se comunicar. Ao passo que, no processo judicial, a responsabilidade de decidir o conflito é do juiz, cabendo às partes apenas cumprir o que foi estabelecido na decisão.

## Continuação das relações parentais

Nos conflitos familiares, é comum haver disputas dos pais em torno dos filhos. A criança que antes convivia com seus pais, agora passa a ser um objeto pelo qual os pais brigam pela posse. Como salienta Daniele Ganância,

[...] estes conflitos ao redor da criança são, na maior parte do tempo, conflitos de casal não resolvido: a criança torna-se este instrumento privilegiado permitindo aos pais, que não realizaram o luto de sua relação, permanecerem juntos no conflito. Eles utilizam a criança como remédio para suas feridas narcísicas, e às vezes como um verdadeiro projétil na guerra a que se entregaram. Recompôr-se, punir o outro, conduzem a comportamentos de ‘apropriação’ da criança<sup>24</sup>.

O convívio familiar é indispensável para a formação identitária dos filhos e sua interação nas relações sociais. Cabe ressaltar que não somente os filhos têm direito de conviver com ambos os pais, mas esses também têm o direito de desempenhar o papel de pai e de mãe juntos<sup>25</sup>. Mas para que o processo de mediação surta efeitos

23 Idem. *Ibidem*, p. 63.

24 Apud ROBLES, Tatiana. *Mediação e direito de família*. São Paulo: Cone, 2009, p. 65.

25 ROBLES, Tatiana. *Mediação e direito de família*. São Paulo: Cone, 2009, p. 68.

positivos, na escolha da guarda, faz-se necessário que o mediador estabeleça uma linguagem conveniente para a situação de maneira que os cônjuges consigam reconstruir a comunicação destruída pelo conflito e passem a respeitar e compreender os interesses do outro.

## **A diminuição da sobrecarga dos tribunais: finalidade ou consequência?**

Para alguns, a mediação é vista como uma alternativa que dispensa o processo judicial, aliviando a sobrecarga do Poder Judiciário. Conforme Robles, “a mediação representa um instrumento a ser utilizado pelo Estado para assegurar uma melhor e mais efetiva prestação da tutela jurisdicional”<sup>26</sup>.

A finalidade da Mediação Familiar não é aliviar a sobrecarga do Poder Judiciário e, sim, pacificar o conflito existente entre as partes e restabelecer a comunicação entre os mesmos. Para Robles, a diminuição da sobrecarga dos tribunais é, indiscutivelmente, uma consequência da mediação familiar<sup>27</sup>.

A mediação familiar é uma reação ao Poder Judiciário, que é tido como uma autoridade que causa medo e constrangimento às partes, e que tem o poder exclusivo de legislar sobre a verdade ou a justiça<sup>28</sup>. No entanto, a mediação deve ser compreendida como um instrumento eficaz na resolução dos conflitos familiares, pois ela atende à complexidade da sociedade, à desigualdade econômica, às mudanças da estrutura familiar e aos aspectos afetivos do conflito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No entanto, conclui-se que a Mediação Familiar é um instrumento eficiente na pacificação dos conflitos familiares. Isso porque a crise do sistema jurisdicional decepcionou os cidadãos brasileiros pela demora na tramitação dos processos, pelo alto custo dos mesmos, pela carência de leis para os conflitos atuais, sem falar da dificuldade

26 Idem. Ibidem, p. 74.

27 Idem, p. 74.

28 MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. São Paulo: Sumus, 2008, p. 95.

que os operadores do direito têm em trabalhar com a complexidade dos fatos que exigem uma nova visão sobre os conflitos familiares.

Importa dizer, ainda, que a Mediação Familiar, por alcançar as diversas áreas do saber, trabalha com a realidade social, com o verdadeiro interesse das partes, facilitando a pacificação do conflito. Geralmente, os conflitos de família surgem com o rompimento do vínculo conjugal, acarretando uma série de mudanças na vida do casal e dos filhos, o que causa um desequilíbrio emocional nos membros da família. Tal desequilíbrio dificulta a resolução do conflito no âmbito judicial porque, na maioria das vezes, as partes não aceitam o divórcio, a partilha de bens, a guarda dos filhos e a pensão alimentícia, e o juiz, ao decidir sobre essas questões, não analisa os aspectos psicológicos do rompimento afetivo, não atendem à vontade das partes.

No processo de mediação, o mediador se aprofunda no conflito para melhor auxiliar as partes, fazendo com que elas mesmas consigam encontrar uma solução favorável para todos os envolvidos no conflito. Além de celebrar um acordo favorável, a Mediação Familiar visa reconstruir a convivência, a comunicação que havia entre os cônjuges, pois o vínculo matrimonial se rompe, mas o vínculo familiar permanece. E é nesse contexto que o mediador considera a importância do diálogo e da amizade entre os pais na vida dos filhos, mesmo após o divórcio, atribuindo a cada um suas responsabilidades.

Nesse contexto, é possível perceber que a Mediação Familiar é o processo mais adequado para os conflitos de família, pois busca atender aos ideais de dignidade da pessoa humana, de liberdade e de intimidade dos conflitantes, procurando sempre realizar um processo caracterizado pela autodeterminação das partes e pela responsabilização social. O que se espera é que o Estado divulgue o processo de Mediação Familiar por meio de políticas públicas para que a sociedade conheça seus benefícios e passe a utilizar esse instrumento pacificador.

E, seguindo essa lógica, se diz que o Estado e suas instituições, em especial o Poder Judiciário, e também a sociedade brasileira, devem se libertar da ideia de que o sistema jurisdicional é a única forma de solucionar os conflitos sociais, principalmente os de âmbito



familiar. Novos métodos vêm surgindo para diminuir as injustiças ocasionadas pelas deficiências de um sistema jurídico-processual falho, e a Mediação Familiar é o instrumento pacificador dos conflitos de família, pois busca atender aos ideais de dignidade da pessoa humana, de liberdade e de intimidade dos conflitantes, procurando sempre realizar um trabalho caracterizado pela autodeterminação das partes e pela responsabilização social.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Verônica Altesf. **Mediação**: forma de solução de conflito e harmonia social. Disponível em: <<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/mediacaofamiliar/apostila.pdf>>. Acesso em: 30 jun. de 2010

BITTONI, Ademir. A ilusão do normativismo e a mediação. **Revista do Advogado**, São Paulo, n.87, set. 2006. Disponível em: <[http://www.usjt.br/direito/caso\\_de\\_medicao/ilusao.pdf](http://www.usjt.br/direito/caso_de_medicao/ilusao.pdf)> Acesso em 2 mar. 2010.

IDEF. Instituto Interdisciplinar de Direito de Família. **Direito de família e interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2001.

LEITE, Manoella Fernandes. Direito de família e mediação: a busca para resolução pacífica na disputa de guarda dos filhos. Publicado em 20.8.2008. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/novosite/artigos/detalhe/436>. Acesso em 10 out. 2010.

MORAIS, José Luis Bolzan; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MUSZKAT, Malvina Ester. **Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações**. São Paulo: Summus, 2008.

ROBLES, Tatiana. **Mediação e direito de família**. São Paulo: Cone, 2009.

